

FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO "CEL. QUITO JUNQUEIRA"

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros da

Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira"

Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educandário "Cel. Quito Junqueira" em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17 de março de 2023

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.

CRC 2SP024067/O-6

JULIANA INOUE CAVALIERI

Contadora - CRC 1SP258401/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e bancos conta movimento		2	3
Aplicações financeiras	4	76.006	72.666
Contas a receber	5	569	1.172
Outros ativos		163	187
Total do ativo circulante		76.740	74.028
Não circulante			
Depósitos judiciais		16	2
Investimentos		13	13
Imobilizado	6	18.762	18.796
Intangível		26	23
Total do ativo não circulante		18.817	18.834
Total do ativo		95.557	92.862

	Nota	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e prestadores de serviços	7	137	207
Salários, férias e encargos sociais	8	1.173	908
Impostos e contribuições a recolher		94	54
Subvenções a apropriar	9	3.661	2.672
Outros passivos		5	8
Total do passivo circulante		5.070	3.849
Não circulante			
Provisão para contingências	10	30	50
Total do passivo não circulante		30	50
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	85.958	86.532
Ajuste de avaliação patrimonial		2.747	2.885
Superávit (déficit) do exercício		1.752	(454)
Total do patrimônio líquido		90.457	88.963
Total do passivo e patrimônio líquido		95.557	92.862

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais			
Alugueres	13	2.561	2.254
Aplicações financeiras	14	6.842	372
Alienações de bens	15	-	3.381
Doações e subvenções	16	6.470	4.277
Participações societárias		453	119
Outras rendas		222	211
		16.548	10.614
Despesas operacionais			
Pessoal	17	(9.063)	(7.332)
Gerais e administrativas	18	(5.991)	(3.856)
		(15.054)	(11.188)
Superávit (déficit) do exercício		1.494	(574)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	2022	2021
Superávit (déficit) do exercício	1.494	(574)
Outros resultados abrangentes	138	120
Resultado abrangente	1.632	(454)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	(Déficit) Superávit	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	85.665	3.005	867	89.537
Incorporação do superávit	867	-	(867)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(120)	120	-
Déficit do exercício	-	-	(574)	(574)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	86.532	2.885	(454)	88.963
Incorporação do déficit	(574)	-	574	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(138)	138	-
Superávit do exercício	-	-	1.494	1.494
Saldos em 31 de dezembro de 2022	85.958	2.747	1.752	90.457

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	1.494	(574)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	463	453
Baixas do imobilizado	178	-
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(3.340)	(3.610)
Contas a receber	603	1.731
Outros ativos	24	84
Depósitos judiciais	(14)	-
Fornecedores e prestadores de serviços	(70)	35
Salários, férias, encargos sociais e impostos e contribuições a recolher	305	131
Subvenções a realizar	989	2.103
Outros passivos	(3)	(2)
Provisão para contingências	(20)	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	609	351

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(3)	(7)
Aquisições do imobilizado	(607)	(347)
Redução de investimentos	-	6
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(610)	(348)
(Redução) aumento do caixa e bancos conta movimento	(1)	3
Varição do caixa e bancos conta movimento:		
Caixa e bancos conta movimento no fim do exercício	2	3
Caixa e bancos conta movimento no início do exercício	3	-
(Redução) aumento do caixa e bancos conta movimento	(1)	3

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

a. A Fundação

A Fundação Educandário “Cel. Quito Junqueira” (“Fundação”) é uma instituição civil de fins sociais e filantrópicos. Foi constituída em 1938 pelo magnânimo casal Francisco Maximiano Junqueira e Theolina de Andrade Junqueira (Sinhá Junqueira). Tem por finalidade promover e desenvolver atividades de relevância por meio da educação, da assistência social e do amparo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como fomentar a cultura sobretudo por meio de sua biblioteca. Rege-se por Estatuto Social e tem sede e foro na cidade de Ribeirão Preto SP.

Em caso de dissolução ou extinção da Fundação, o patrimônio então existente será destinado preferencialmente à Fundação Maternidade Sinhá Junqueira ou a outras entidades sem fins lucrativos congêneres localizadas na cidade de Ribeirão Preto SP e escolhidas pelo Conselho Curador da Fundação.

As rendas para a manutenção das atividades sociais da Fundação são oriundas substancialmente de alugueres de bens imóveis próprios e rendimentos de aplicações financeiras, eventuais alienações de bens autorizadas, doações e subvenções.

b. Escola de educação infantil “Dr. Fábio dos Santos Musa”

A Fundação firmou termo de colaboração com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, assumindo a administração e toda a atividade educacional da escola de educação infantil que atende crianças de zero a cinco anos de idade, com capacidade de 1.036 vagas.

No exercício de 2022, a Fundação recebeu o montante de R\$ 6.997 para realizar essa administração. Para maiores detalhes sobre a contabilização e aplicabilidade desses recursos, vide nota explicativa nº 9.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) e, em especial, a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros. A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a suas atividades no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja conclusão foi autorizada por esta em 17 de março de 2022.

b. Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c. Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda de apresentação e funcional da Fundação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revi-

sões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Fundação e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação:

a. Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a sua política contábil e por atender a condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, são ativos financeiros básicos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos.

Os passivos financeiros básicos são fornecedores e prestadores de serviços, subvenções a realizar e outros passivos.

b. Caixa e bancos conta movimento

Compreendem valor mantido para utilização em pagamentos de pequenas despesas (caixa) e para atender aos compromissos de curtíssimo prazo da Fundação (bancos conta movimento).

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, é necessário ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d. Contas a receber

Os alugueres a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo menos as perdas com créditos estimadas. Uma estimativa de perdas com crédito é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais contratadas. Alienação de bens refere-se ao valor parcelado de vendas de bens do ativo imobilizado.

e. Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção (exceto os imóveis recebidos pela incorporação da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes, que é a atual Biblioteca Sinhá Junqueira, que foram avaliados pelo custo atribuído em 2015), deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o va-

lor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão não para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, desde que o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

i. Subvenções a realizar

As subvenções são inicialmente registradas pelos valores recebidos em contrapartida de uma conta corrente bancária ou aplicação. O reconhecimento no resultado do exercício se dá em conformidade com a utilização e atendimento aos requisitos exigidos pelas subvenções.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

l. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

m. Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento. Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Aplicações financeiras

	2022	2021
Aplicação financeira - projeto escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" (i)	4.313	3.248
Fundo de investimento - renda fixa (ii)	56.061	55.226
Fundo de investimento - renda fixa - vinculado (ii)	15.632	14.192
	76.006	72.666

(i) Aplicação financeira específica para o recebimento das subvenções provenientes do acordo firmado com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.

(ii) Aplicações financeiras no fundo AD14 Advance Multimercado Crédito Privado FICF (CNPJ do Fundo 13.410.763/0001-52 - Administrador Itaú Unibanco S/A). Têm o intuito de gerar rendimentos para a manutenção das atividades da Fundação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos. As aplicações vinculadas originam-se dos recursos de vendas de bens da Fundação. A utilização desses recursos só pode se realizar em obras ou projetos sociais e filantrópicos envolvendo crianças e adolescentes carentes, mediante aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público Estadual, que podem ocorrer dentro do próximo exercício ou não.

5. Contas a receber

	2022	2021
Alugueros a receber - imobiliárias	630	535
Alugueros a receber - administração da Fundação	17	21
	647	556
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(174)	(174)
Alienações de bens	96	790
	569	1.172

6. Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido
Terrenos	-	42	-	42	42
Terreno Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	-	2.327	-	2.327	2.327
Edificações	1,67%	5.139	(383)	4.756	4.710
Edificação Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	2,50%	10.428	(609)	9.819	9.998
Instalações	10%	631	(323)	308	40
Móveis e utensílios	10%	1.183	(483)	700	795
Máquinas e equipamentos	10%	722	(304)	418	283
Veículos	20%	300	(300)	-	-
Equipamentos de informática	20%	565	(436)	129	183
Acervo de livros	-	233	-	233	388
Outros	-	30	-	30	30
		21.600	(2.838)	18.762	18.796

b Movimentação do custo histórico

	2022				2021			
	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais
Terrenos	42	-	-	42	42	-	-	42
Terreno Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	2.327	-	-	2.327	2.327	-	-	2.327
Edificações	5.040	99	-	5.139	4.928	112	-	5.040
Edificação Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	10.428	-	-	10.428	10.419	9	-	10.428
Instalações	351	280	-	631	351	-	-	351
Móveis e utensílios	1.169	15	(1)	1.183	1.056	114	(1)	1.169
Máquinas e equipamentos	549	195	(22)	722	464	85	-	549
Veículos	300	-	-	300	300	-	-	300
Equipamentos de informática	547	18	-	565	522	27	(2)	547
Acervo de livros	388	-	(155)	233	388	-	-	388
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	30	-	-	30	30	-	-	30
	21.171	607	(178)	21.600	20.827	347	(3)	21.171

c. Movimentação da depreciação acumulada

	2022				2021			
	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais	Saldos iniciais	Aquisições	Baixas	Saldos finais
Edificações	(760)	(232)	-	(992)	(527)	(233)	-	(760)
Instalações	(311)	(12)	-	(323)	(300)	(11)	-	(311)
Móveis e utensílios	(374)	(109)	-	(483)	(277)	(98)	1	(374)
Máquinas e equipamentos	(266)	(38)	-	(304)	(235)	(31)	-	(266)
Veículos	(300)	-	-	(300)	(292)	(8)	-	(300)
Equipamentos de informática	(364)	(72)	-	(436)	(294)	(72)	2	(364)
	(2.375)	(463)	-	(2.838)	(1.925)	(453)	3	(2.375)

Na definição de valor residual final, a Administração da Fundação constatou que o valor das edificações e terrenos é inferior ao valor recuperável dos imóveis. Assim, o cálculo da despesa de depreciação de várias edificações foi interrompido.

A Administração da Fundação, considerando suas atividades sociais, optou pela não adoção do custo atribuído (deemed cost), conforme facultado pelas normas contábeis em períodos anteriores. Portanto, exceto o acervo incorporado da Fundação Biblioteca Cultural Altino Arantes (atual Biblioteca Sinhá Junqueira), avaliado ao custo atribuído quando da incorporação, os bens estão avaliados ao valor do custo histórico de aquisição.

A Administração da Fundação procedeu a análise de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado para atendimento às normas contábeis. Não foi identificada a necessidade de qualquer ajuste para redução ao valor recuperável dos bens (impairment). Em regra, o custo histórico dos imóveis é muito inferior ao valor atual de mercado. Para fins de análise e comparação, apresentamos abaixo um resumo dos imóveis da Fundação, por localização e pelo valor venal disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:

Loteamento	Valor venal
Campos Eliseos	9.998
Jd. Independência	527.480
Pq. Cel. Quito Junqueira Industrial	34.176
Vila Carmen	3.371
Vila Coronel Quito	7.296
Vila Perdizes	5.003
Vila Stela Maris	1.643
Total	588.966

7. Fornecedores e prestadores de serviços

Nesta conta estão registrados saldos a pagar relativos ao fornecimento de produtos de alimentação, limpeza, manutenção, entre outros, e prestadores de serviços nas áreas administrativa e operacional da Fundação. O saldo é de R\$ 137 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 207 em 2021).

8. Salários, férias e encargos sociais

	2022	2021
Salários e ordenados	421	318
INSS	43	38
FGTS	63	50
Provisão para férias e encargos	640	495
Outros	6	7
	1.173	908

9. Subvenções a realizar

a Composição do saldo

	2022	2021
Convênio Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	3.661	2.672

b. Movimentação

Apresentamos a movimentação das subvenções nos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial	2.672	569
Subvenções recebidas	6.997	6.288
Subvenções apropriadas no resultado	(6.008)	(4.185)
Subvenções a apropriar	3.661	2.672

Com relação ao convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, do total de R\$ 6.997 (R\$ 6.288 em 2021) de subvenções recebidas no exercício, foi apropriado no resultado

o montante de R\$ 6.008 (R\$ 4.185 em 2021) relacionado a gastos com folha de pagamento, serviços e materiais destinados à escola de educação infantil "Dr. Fábio dos Santos Musa" (vide nota explicativa nº 16), restando o saldo de subvenções a apropriar de R\$ 3.661 no passivo (R\$ 2.672 em 2021).

10 Provisão para contingências

A Fundação é parte envolvida em uma ação trabalhista no montante calculado de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 50 em 2021), classificada pelos assessores jurídicos como perda provável.

11 Passivos contingentes

A administração da Fundação discute o montante de R\$ 35 em ação da esfera trabalhista e R\$ 32 na esfera cível, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, não sendo constituída nenhuma provisão para contingências.

12 Patrimônio social

O valor do superávit ou déficit dos exercícios, após a sua aprovação, é transferido para a conta patrimônio social, conforme norma própria de entidade sem finalidade de lucros.

13 Alugueres

Refere-se aos valores registrados mensalmente pelo regime de competência aferidos com alugueres dos imóveis de propriedade da Fundação. Tem como objetivo, conforme a nota explicativa nº 1, a aferição de renda para a manutenção das atividades sociais da Fundação.

Nos exercícios de 2022 e 2021, foram reconhecidas as receitas nos montantes de R\$ 2.561 e R\$ 2.254, respectivamente.

14 Aplicações financeiras

	2022	2021
Rendimentos de aplicações não vinculadas	5.388	254
Rendimentos de aplicações vinculadas	1.439	66
Outras receitas financeiras	15	52
	6.842	372

15 Alienações de bens

Refere-se a receitas com as vendas de imóveis, formalizadas com aprovação do Ministério Público Estadual.

16 Doações e subvenções

	2022	2021
Doações	412	92
Subvenções (i)	6.008	4.185
Outras doações e subvenções	50	-
	6.470	4.277

(i) Representam as subvenções apropriadas no exercício de 2022 de acordo com convênio firmado entre a Fundação e a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, conforme nota explicativa nº 9.

17 Pessoal

	2022	2021
Salários e ordenados	(6.282)	(4.975)
Assistência médica e odontológica	(363)	(349)
FGTS	(581)	(466)
Férias	(516)	(573)
13º salário	(439)	(357)
Vale transporte	(32)	(19)
Indenizações trabalhistas	(387)	(209)
Alimentação	-	(4)
Outros	(463)	(380)
	(9.063)	(7.332)

18 Gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços de terceiros	(1.684)	(1.239)
Gêneros alimentícios - educandos	(496)	(97)
Administração imobiliária	(126)	(200)
Material escolar/segurança/uniformes/consumo/diversos	(504)	(280)
Conservação dos bens	(149)	(161)
Depreciações	(464)	(453)
Energia elétrica/água/telefone	(626)	(534)
Despesas com educandos e recreação e esportes	(19)	(3)
Outras	(1.923)	(889)
	(5.991)	(3.856)

19 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como

aplicações financeiras e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado, minimizando riscos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

20 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Mês de competência	2022				2021			
	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Base de cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção
Janeiro	488	98	38	136	473	95	37	132
Fevereiro	508	102	40	142	464	93	36	129
Março	513	102	40	142	433	87	34	121
Abril	523	105	41	146	446	89	35	124
Mai	544	109	42	151	436	87	34	121
Junho	559	112	44	156	440	88	34	122
Julho	654	131	51	182	468	94	37	131
Agosto	578	115	45	160	447	89	35	124
Setembro	582	116	45	161	449	90	35	125
Outubro	578	116	45	161	449	90	35	125
Novembro	581	116	45	161	443	89	35	124
Dezembro	502	100	39	139	415	83	32	115
13º salário	564	113	44	157	434	87	33	120
	7.174	1.435	559	1.994	5.797	1.161	452	1.613

21 Gratuidades

A Fundação aplica em gratuidades a totalidade de suas rendas no atendimento às crianças e adolescentes carentes, enquadrando-se no disposto no Decreto 8.242/2014, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social - CEBAS, concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja demonstração é apresentada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

22 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

O entendimento da Administração da Fundação é de que suas rendas decorrem de atividades próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de "atividade própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar de maneira significativa a Fundação, que está em pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais e legais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação final aplicável a cada circunstância.

23 Administração da Fundação

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada, ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros são revertidos para o cumprimento de suas finalidades sociais. Os membros do Conselho Curador não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados à Fundação sendo esses serviços voluntariados.

Sexta-feira, 12 de Maio de 2023

O valor que a Fundação usufrui do trabalho não remunerado de seus dirigentes não é mensurado.

24 Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar seguros de determinados prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ribeirão Preto, 31 de dezembro de 2022

MARCOS ROCHA AWAD

Diretor Presidente

ANDRÉ JUNQUEIRA SANTOS PESSOA

Diretor Tesoureiro

OCIMAR MILAN

Contador - CRC 1SP137879/O-3

Esportes

Secretaria Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 002

DE 11 DE MAIO DE 2023

RICARDO MIGUEL DE AGUIAR, Secretário Municipal de Esportes, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 1º do Decreto nº 257, de 08 de setembro de 1994, com redação dada pelo Decreto nº 208, de 05 de agosto de 2002, **AUTORIZA** o funcionário abaixo relacionado, lotado nesta Secretaria, a conduzir veículo oficial pertencente a frota dessa Secretaria, à partir desta data.

FUNCIONÁRIO	R.G. Nº	CPF	CNH	LETRA
EDERSON TAVARES DE SOUZA AZIANI	35.122.924	222.557.218-64	01578101768	AB

CUMPRA-SE

RICARDO MIGUEL DE AGUIAR
Secretário Municipal de Esportes**Meio Ambiente**

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

PORTARIA Nº 10

DE 11 DE MAIO DE 2023

O COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, pautado no princípio de garantia da participação popular, torna pública a nomeação da Comissão Especial para análise e manifestação do RARAM do empreendimento "Loteamento Retiro do Ipê" - Processo Administrativo nº 02.2020.034559-8, conforme deliberado na 5ª Reunião Ordinária realizada em 10/05/2023. Os interessados poderão obter informações pelo e-mail:

comdema@meioambiente.pmrp.com.br ou telefone (16)3603-9137.

Comissão Especial para análise e manifestação do RARAM do empreendimento "Loteamento Retiro do Ipê" - Processo Administrativo nº 02.2020.034559-8:

Conselheiro Titular: Fernando Paoliello Junqueira - *Sindicato da Construção Civil - SINDUSCON*

Conselheiro Titular: Marco Aurélio da Silva Ramos Filho - *Secretaria Municipal do Meio Ambiente*

Conselheira Titular: Simone Kandratavicius - *Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil*

Conselheira Titular: Vinício Biagi Pecci - *Secretaria Municipal da Educação*

Conselheiro Titular: Vinícius Alberici Roberto - *Secretaria Municipal da Saúde*

Conselheiro Suplente: Wilson Emílio da Costa Júnior - *Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento*

Ribeirão Preto, 11 de maio de 2023

LAURINDO ANTÔNIO DA SILVA

Secretário Municipal do Meio Ambiente

Presidente do CODEMA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**Sassom**

Serviço de Assistência à Saúde dos Muniipiários de Ribeirão Preto

ATA Nº 02/2023**PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 11.019/2006
REGULAMENTADA PELOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 206/2020 E Nº 233/2021**

Aos 08 dias do mês de maio do ano de 2023, o Serviço de Assistência à Saúde dos Muniipiários de Ribeirão Preto (SASSOM), neste ato representado pela Sra. Tássia Corrêa Rezende, Diretora Superintendente, em cumprimento à Lei Ordinária Municipal nº 11.019/2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 206/2020, Anexo I, item 2, e observadas as alterações do Decreto Municipal nº 233/2021, torna público o recebimento, a conferência, o registro e a transcrição resumida, na forma do quadro I, apresentado na sequência e elaborado nos termos do parágrafo 1º, art. 5º do Decreto Municipal nº 206/2020, referente aos períodos de 26 de abril a 10 de maio de 2023, pela servidora municipal Sra. Giovana Lima, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, sob a supervisão do Sr. Luciano da Rocha Ferreira, Diretor Administrativo, que igualmente subscrevem. A presente ata foi elaborada por mim Giovana Lima, chefe da Divisão de Recursos Humanos, sob a supervisão do Sr. Luciano da Rocha Ferreira, Diretor Administrativo, que segue finalizada e subscrita.

TÁSSIA CORRÊA REZENDE

Diretora Superintendente

LUCIANO DA ROCHA FERREIRA

Diretor Administrativo

GIOVANA LIMA

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

QUADRO I - PLANILHA REFERENTE ÀS DATAS DE SUBSTITUIÇÃO

CÓDIGO FUNCIONAL	NOME	CARGO SUBSTITUÍDO	NOME DO SUBSTITUÍDO	DATA DO INÍCIO	DATA DO TÉRMINO	CÓDIGO DO BEM	QTDE.	SOMA (R\$)
93-2	GABRIELA SIQUEIRA LEITE ESTRADA	DIRETOR TÉCNICO	JOSÉ CARLOS LUCHETI BARCELOS	26/04/2023	10/05/2023	11	1	
						02	2	
						01	2	451.627,05
						10	1	
						06	1	